

# Estudo Técnico Preliminar 27/2025

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 08490.001560/2025-85

## 2. Descrição da necessidade

2.1. O presente estudo tem como objetivo definir a solução que melhor atenda ao interesse da Administração face demanda da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado de Santa Catarina e suas unidades, apresentada por meio do Documento de Formalização da Demanda 40448406.

2.2. O Contrato nº 13/2024 -SR/PF/SC, deste mesmo objeto, com início da vigência na data de 01/10/2024, encerrar-se-á em 30/09/2025.

2.3. A fim de evitar a descontinuidade do contrato acima referido e o consequente prejuízo ao andamento dos trabalhos do Órgão, bem como os inevitáveis transtornos que tal interrupção indubitavelmente causaria a terceiros interessados, faz-se necessário a deflagração de novo processo licitatório.

2.4. A contratação de empresa especializada se faz necessária considerando o rol de atividades desenvolvidas por esta Superintendência Regional, que inclui o atendimento ao público em vários setores como emissão de passaportes, carteiras de estrangeiros, registro de armas, segurança de dignitários, emissão de carteiras de vigilantes, depoimentos em processos, recebimento e entrega de documentos, sendo que são atendimentos de extrema necessidade para o adequado atendimento aos usuários dos serviços públicos prestados pela Polícia Federal.

2.5. A necessidade de contratação da prestação de serviços contínuos de Limpeza, Asseio, Conservação Predial, Copeiragem e Jardinagem, com fornecimento de todos os equipamentos, utensílios, materiais de limpeza e higiene e insumos da copa, Lavagem das Fachadas, Dedetização e Limpeza dos Reservatórios de Água Potável, para atender as necessidades da Superintendência Regional de Polícia Federal em Santa Catarina e suas Unidades Descentralizadas, decorre da inexistência de pessoal técnico para sua execução, uma vez que os cargos contratados não fazem parte do quadro de servidores deste órgão nem possuem atribuições pertinentes a estes, não atuando nas atividades típicas da SR/PF/SC. Tal atividade, entretanto, corrobora ao atendimento eficiente aos clientes/usuários internos e externos da Polícia Federal. Assim sendo, a contratação de empresa especializada evidencia-se em vantagem para a Administração Pública, como também uma melhor e mais eficaz qualidade dos serviços, redundando ainda em economia e rapidez na sua execução.

2.6. Os cargos relacionados aos serviços não são contemplados nas carreiras integrantes do quadro permanente de servidores da Polícia Federal, considerando, também, que tais atividades não constituem objeto da instituição, faz-se necessária a contratação de empresa especializada para realizá-los, consoante o Decreto nº 9.507/2018 e IN/SLTI-MP nº 05/2017, e alterações posteriores cabíveis. O citado Decreto nº 9.507/2018, que dispõe sobre a contratação de serviços pela Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional, prevê:

*"Art. 3º Não serão objeto de execução indireta na administração pública federal direta, autárquica e fundacional, os serviços:*

*I - que envolvam a tomada de decisão ou posicionamento institucional nas áreas de planejamento, coordenação, supervisão e controle;*

*II - que sejam considerados estratégicos para o órgão ou a entidade, cuja terceirização possa colocar em risco o controle de processos e de conhecimentos e tecnologias;*

*III - que estejam relacionados ao poder de polícia, de regulação, de outorga de serviços públicos e de aplicação de sanção; e*

*IV - que sejam inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do órgão ou da entidade, exceto disposição legal em contrário ou quando se tratar de cargo extinto, total ou parcialmente, no âmbito do quadro geral de pessoal."*

2.7. O objetivo do presente processo é a contratação da prestação de serviços de serviços contínuos de Limpeza, Asseio, Conservação Predial, Copeiragem e Jardinagem, com fornecimento de todos os equipamentos, utensílios, materiais de limpeza e higiene e insumos da copa, para atender as necessidades da Superintendência de Polícia Federal em Santa Catarina e suas Unidades Descentralizadas, decorre da inexistência de pessoal técnico para sua execução, uma vez que os cargos contratados não fazem parte do quadro de servidores deste órgão nem possuem atribuições pertinentes a estes, não atuando nas atividades típicas da SR/PF/SC, por meio da realização de atividades terceirizadas não inerentes às atribuições de cargos de seu quadro de servidores, possibilitando, de tal sorte, que o órgão ofereça aos seus usuários internos e externos um serviço de excelência.

2.8. Os serviços referenciados neste estudo, dadas as suas características, enquadram-se no conceito de serviços comuns, conforme definido no art. 3º, II do Decreto nº 10.024/2019, visto que as atividades possuem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais do mercado.

2.9. O desafio da Administração Pública moderna é assegurar a qualidade na prestação dos serviços públicos. As atividades realizadas pela equipe de Limpeza, Asseio, Conservação Predial, Copeiragem e Jardinagem, com fornecimento de todos os equipamentos, utensílios, materiais de limpeza e higiene e insumos da copa, Lavagem das Fachadas, Dedetização e Limpeza dos Reservatórios de Água Potável, apesar de acessórias, permeiam todas as atividades dos servidores do órgão, desde os administrativos (área meio) até os da área policial (área fim), de forma que a contratação dos serviços demandados auxiliarão na continuidade e no suporte às atividades finalísticas institucionais, permitindo que estas continuem a ser executadas de forma contínua, eficiente e eficaz.

2.10. A execução de serviços de apoio de cunho instrumentais e acessórios por meio da contratação de empresa especializada possibilitará que os servidores concentrem esforços exclusivamente no exercício de suas atribuições legais.

2.11. Considerando a peculiaridade da qual está revestida a atividade finalística da instituição, faz-se necessária e oportuna a contratação dos serviços em questão, posto que a utilização dessa mão de obra terceirizada auxiliará os servidores do órgão no desenvolvimento das atividades institucionais de rotina.

2.12. A necessidade da nova contratação é evidente, haja vista a continuidade de serviço já existente, uma vez que esse é de natureza acessória imprescindível e sem esse importante serviço auxiliar restará prejudicada a qualidade do serviço público prestado ao cidadão.

2.13. As atividades a serem desenvolvidas pelos postos de trabalho contemplados nos serviços objeto deste Estudo Preliminar não correspondem a nenhum cargo da PF.

### 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SELOG/SR/PF/SC	Giovana Silva de Arruda

### 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Para a execução dos serviços contínuos de Limpeza, Asseio, Conservação Predial, Copeiragem e Jardinagem, com fornecimento de todos os equipamentos, utensílios, materiais de limpeza e higiene e insumos da copa, Lavagem das Fachadas, Dedetização e Limpeza dos Reservatórios de Água Potável, para atender as necessidades da Superintendência Regional de Polícia Federal em Santa Catarina e suas Unidades Descentralizadas, a Contratada deverá disponibilizar profissionais com conhecimentos mínimos previstos na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO e nas Convenções Coletivas de Trabalho, respectivamente.

4.2. Considerando que o art. 4º do Decreto nº 12.174 de 11 de setembro de 2024 informa que, litteris:

**"Art. 4º Nos contratos de prestação de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra, a jornada semanal de trabalho de quarenta e quatro horas estabelecida em acordo individual escrito, convenção coletiva, acordo coletivo de trabalho ou dissídio coletivo poderá ser reduzida para quarenta horas, sem prejuízo da remuneração do trabalhador."(grifo nosso)**

4.2.1. Considerando que a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 190, de 5 de dezembro de 2024 dispõe sobre a relação dos serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra aptos à aplicação da redução de jornada de 44 horas para 40 horas semanais, de que trata o art. 4º, parágrafo único, do Decreto nº 12.174, de 11 de setembro de 2024, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

4.3. Será utilizada a jornada de trabalho de 44 (quarenta e quatro) horas semanais para todas as funções, **exceto para o jardineiro que será de 40 (quarenta) horas semanais** sem prejuízo da remuneração do trabalhador, ou seja, deverá ser utilizado o salário base, sem desconto, previsto em convenção coletiva de trabalho, já que o atendimento ao cidadão ocorre de segunda a sexta não havendo expediente aos sábados, compatibilizando com a carga horária dos setores em que possuem atendimento ao cidadão e outros setores que possuem a necessidade de limpeza, asseio, conservação predial, copeiragem e jardinagem, com fornecimento de todos os equipamentos, utensílios, materiais de limpeza e higiene e insumos da copa, lavagem das fachadas, dedetização e limpeza dos reservatórios de água potável, devendo ser distribuídas dentro do período de segunda-feira a sexta-feira, horário de acordo com a necessidade dos locais de prestação dos serviços, sendo 8h00min diárias para os jardineiros e 8h48min para as demais funções.

4.4. Em consonância com a legislação e normas que regulam o processo licitatório e visando a racionalização e a maior efetividade da gestão e fiscalização contratual, a contratação dos serviços de Limpeza, Asseio, Conservação Predial, Copeiragem e Jardinagem, com fornecimento de todos os equipamentos, utensílios, materiais de limpeza e higiene e insumos da copa, Lavagem das Fachadas, Dedetização e Limpeza dos Reservatórios de Água Potável, abrangem os seguintes requisitos básicos:

4.4.1. Contratação de empresa especializada e com experiência comprovada;

4.4.2. Alocação de empregados observando as descrições dos cargos, as atribuições e os requisitos de grau de instrução, exigências legais, experiências, conhecimentos, habilidades e atitudes previstas no Termo de Referência.

4.4.3. Cumprimento de jornada de trabalho de 44 (quarenta e quatro) horas semanais para todas as funções, exceto para o jardineiro, que será de 40 (quarenta) horas semanais sem prejuízo da remuneração do trabalhador, conforme Instrução Normativa SEGES/MGI nº 190, de 5 de dezembro de 2024, pelos empregados, no período de segunda-feira a sexta-feira e, excepcionalmente e a critério do contratante, nos sábados, domingos e feriados, observada a legislação e normas trabalhistas que regem o assunto.

4.4.4. Excepcional realização de horas extras pelos empregados somente mediante prévia autorização da autoridade competente do contratante e prévio acordo realização, sendo proibida a remuneração;

4.4.5. Desenvolvimento das atividades relacionadas aos serviços contratados nas dependências do contratante;

4.4.6. Disponibilização dos empregados na data de início da execução dos serviços, observados os prazos dispostos no Termo de Referência, inclusive quanto às substituições definitivas e temporárias;

4.4.7. Exigência de garantia de execução contratual pela contratada que contemple também a cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza previdenciária, social e trabalhista, inclusive FGTS, com validade durante a vigência do contrato e mais 90 dias após o seu encerramento;

4.4.8. Vedação da participação de cooperativas no processo licitatório, em consonância com o Termo de Conciliação firmado entre o MPU e a União, representada pela AGU, em 5 de junho de 2003;

4.4.9. Exigência de disponibilização de solução tecnológica pela contratada para proporcionar a racionalização e a maior efetividade dos processos de gestão e fiscalização contratual, com possibilidade de acesso por meio de aplicação web aplicativo mobile;

4.4.10. Estabelecimento de indicadores do desempenho da contratada na execução dos serviços, por meio de IMR, com possibilidade de adequação do pagamento devido pelo contratante;

4.4.11. Duração inicial do contrato de 24 (vinte e quatro) meses, podendo ser prorrogados por interesse das partes até o limite de 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4.12. Enquadramento das categorias profissionais dos empregados de acordo com a CBO, aprovada pela Portaria nº 397 do MTE, de 09 de outubro de 2002, na forma especificada no Termo de Referência;

4.4.13. A Contratada é responsável pela comprovação de cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiduciárias e sindicais, sendo penalizada pelo não cumprimento.

4.4.14. Declaração da empresa licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação dos serviços; e

#### 4.4.15. Cumprimento pela contratada e pelo contratante das obrigações previstas no Termo de Referência e anexos.

4.5. O contratante não se vinculará às disposições contidas em ACT, CCT ou DCT que tratem do pagamento de participação dos empregados nos lucros ou resultados da contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade, na forma disposta no artigo 6º da INSEGES nº 5, de 2017, observado o entendimento do Parecer nº 00004/2017/CPLC/PGF/AGU, aprovado em 23 de maio de 2017.

4.6. A contratada deverá indicar um preposto para representá-la junto à contratante, sendo que sua presença física no local da prestação de serviços não será obrigatória. Entretanto, este deverá ser facilmente encontrado pela Administração por telefone e /ou outro meio hábil. Eventuais ausências do preposto, no local da prestação de serviços, não isentam a Contratada de suas responsabilidades, conforme serão elencadas no Termo de Referência.

4.7. A contratada deverá observar os critérios e práticas de sustentabilidade contidos na IN SLTI nº 1, de 19 de janeiro de 2010, e Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012 e alterações posteriores, na execução dos serviços, naquilo que couber.

4.8. Os serviços deverão ser prestados com estrita observância às disposições do Edital de licitação e seus anexos, às normas da IN 05 /2017, à Convenção Coletiva da Categoria, à legislação trabalhista e demais normas aplicáveis;

4.9. Em face das dimensões, das características e das atividades do Órgão, a solução adotada será a de prestação do serviço com dedicação exclusiva de mão de obra, ou seja, os profissionais executarão suas tarefas nas instalações do Órgão contratante.

4.10. A apresentação da proposta implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nela contida, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.11. Conforme legislação vigente, há de se incluir no Termo de Referência a obrigatoriedade da entrega e acompanhamento do PPRA e PCMSO, visando:

4.11.1. Antecipação e reconhecimento dos riscos;

4.11.2. Estabelecimento de prioridades e metas de avaliação e controle;

4.11.3. Avaliação dos riscos e da exposição dos trabalhadores;

4.11.4. Implantação de medidas de controle e avaliação de sua eficácia;

4.11.5. Monitoramento da exposição aos riscos;

4.11.6. Registro e divulgação dos dados.

#### 4.12. Definições:

4.12.1. Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA: Reconhecer e reduzir e/ou eliminar os riscos existentes no ambiente de trabalho, em conformidade com a Norma Regulamentadora - NR nº 09, emitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego no ano de 1994, servindo de base para a elaboração do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO (previsto na NR-7).

4.12.2. Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO: Tem o caráter de prevenção, rastreamento e diagnóstico precoce dos agravos à saúde relacionados ao trabalho, inclusive de natureza subclínica, além da constatação da existência de casos de doenças profissionais ou danos irreversíveis à saúde dos trabalhadores. Trata-se da parte integrante do conjunto mais amplo de iniciativas da empresa no campo da saúde dos trabalhadores, devendo estar articulado com o disposto nas demais normas regulamentadoras.

4.13. Em face do previsto no art. 67 da Lei nº 8.666/93, na Instrução Normativa nº 51/2011-DG/DPF – que trata do acompanhamento, fiscalização e controle dos contratos previstos no artigo supracitado, bem como em face da legislação trabalhista e previdenciária vigente no País, verifica-se a pertinência de solicitação de dados à empresa contratada que demonstrem o fiel cumprimento de todas as obrigações trabalhistas e previdenciárias assumidas para a execução do contrato.

4.14. Considerando, ainda, a necessária diligência dos fiscais do contrato junto aos órgãos de controle desta Administração Regional, no tocante à constante verificação de regularidade dos contratos administrativos e das adequadas condições de segurança no ambiente de trabalho proporcionadas aos funcionários terceirizados;

4.15. Considerando, por fim, que as condições que fundamentem eventual percepção de adicionais de insalubridade e periculosidade pelos funcionários da contratada devem ser documentadas formalmente.

4.16. O prazo de vigência do contrato será de 24 (vinte e quatro) meses prorrogável até 10 (dez) anos, em razão da motivação a seguir apresentada.

4.16.1. A nova Lei de Licitações (nº 14.133/2021), estipula em seu Art. 106 que a Administração poderá, atendidas algumas diretrizes, firmar contratos com prazo de até cinco anos. Já seu Art. 107 estipula que esse ajuste poderá alcançar o limite máximo de dez anos.

*"Art. 106. **A Administração poderá celebrar contratos com prazo de até 5 (cinco) anos nas hipóteses de serviços e fornecimentos contínuos**, observadas as seguintes diretrizes:*

*(...)*

*Art. 107. **Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal**, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes." (grifo nosso)*

4.16.2. Devido às particularidades das atividades desenvolvidas nas instalações das Unidades da Polícia Federal no Estado de Santa Catarina a administração logística da Superintendência Regional deve garantir a aplicação de ferramentas de gestão que colaborem para a manutenção da segurança orgânica dessas instalações (contemplando, aí, a segurança ao patrimônio e segurança das informações). Nesse sentido, reduzir a rotatividade de pessoal terceirizado configura ação importante para a garantia da segurança institucional. Essa necessidade de garantia da segurança institucional é corroborada pela aplicação da Instrução Normativa nº 175/2020-DG/PF, a qual disciplina procedimentos para acompanhamento do pessoal não integrante do quadro permanente da Polícia Federal. Nesse sentido, contratos com maior extensão de suas vigências proporcionam, potencialmente, a redução de rotatividade de funcionários terceirizados, colaborando para um ambiente institucional potencialmente mais seguro.

#### **Exigências de habilitação**

4.17. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### **Habilitação jurídica**

4.18. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

4.19. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

4.20. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

4.21. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal** – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

4.22. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

4.23. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

4.24. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

4.25. **Ato de autorização** para o exercício da atividade de prestação de serviços de limpeza, asseio, conservação predial e copeiragem, expedido pelo órgão competente, **se for o caso**.

4.26. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### Habilitação fiscal, social e trabalhista

4.27. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

4.28. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

4.29. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

4.30. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

4.31. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *Municipal* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

4.32. Prova de regularidade com a Fazenda *Municipal* do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

4.33. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

4.34. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### Qualificação Econômico-Financeira

4.35. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

4.36. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

4.37. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

	Ativo Total
--	-------------

SG =	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante
------	---

LC =	Ativo Circulante
	Passivo Circulante

4.37.1. Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesesse inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado **anual (12 meses)** da contratação, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social; e

4.37.2. Patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado **anual (12 meses)** da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social

4.38. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

4.39. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

4.40. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

4.41. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

4.42. Declaração do fornecedor, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante do **Anexo V** deste Termo de Referência, de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do interessado, observados os seguintes requisitos:

4.42.1. a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e

4.42.2. caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o fornecedor deverá apresentar justificativas.

4.43. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

### Qualificação Técnica

4.44. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

4.44.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

### **Qualificação Técnico-Operacional**

4.45. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

4.45.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

4.45.1.1. contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 3 (três) anos do fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;

4.45.1.2. contrato(s) que comprove(m) a execução, pelo fornecedor, de serviços envolvendo o mínimo de 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados; [OU] contrato(s) que comprove(m) a execução, pelo fornecedor, de serviços envolvendo, no mínimo, número de postos de trabalho equivalente ao da contratação;

4.45.1.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

4.45.1.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

4.45.1.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

4.45.1.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

4.46. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

4.47. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

### **Disposições gerais sobre habilitação**

4.48. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

4.49. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

4.50. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

4.51. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

4.52. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

## **5. Levantamento de Mercado**

5.1. As Unidades da Polícia Federal possuem características distintas entre si, com apresentações diferenciadas em cada Estado e diferenciadas também em relação aos estabelecidos na Portaria nº 21.262 de 23 setembro de 2020 da SEGES - Ministério da



Economia, por conta das localidades, possíveis laudos periculosidade, quantidades de postos, além dos índices de ISS, CCTs e vale transporte para cada município de prestação dos serviços a serem contratados, etc.

5.2. Por tais razões a Polícia Federal, considerando as especificidades de suas necessidades, optou por adotar sua planilha de custos e formação de preços para estimativa dos preços referenciais da contratação, conforme previsão do § 1º do artigo 6º da Instrução Normativa nº 65/2021-SEGES/ME, de 07 de julho de 2021 que informa, *litteris*:

*"Art. 6º Serão utilizados, como métodos para obtenção do preço estimado, a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros de que trata o art. 5º, desconsiderados os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados.*

*§ 1º **Poderão ser utilizados outros critérios ou métodos**, desde que devidamente justificados nos autos pelo gestor responsável e aprovados pela autoridade competente."*(grifo nosso)

5.3. Essa metodologia objetiva garantir que não ocorra a possibilidade de que, na busca por orçamentos a serem fornecidos por empresas do ramo, as orçamentações sejam superestimadas, levando a um aumento desnecessário do valor de referência ou, ainda, no caso inverso, as orçamentações sejam subestimadas, levando a um valor de referência que aumenta o risco de um resultado de uma contratação com preços inexequíveis.

5.4. Para estimativa dos preços dos diversos insumos envolvidos na contratação e presentes na Planilha de Custos e Formação de Preços da Administração – uniformes, EPIs, insumos, equipamentos, materiais de consumo, insumos da copa, adotou-se preferencialmente o parâmetro previsto no inciso I, do artigo 5º IN n.º 65/2021-SEGES/ME que informa, *litteris*:

*"Art. 5º A **pesquisa de preços** para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:*

***I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana** do item correspondente **nos sistemas oficiais de governo**, como **Painel de Preços** ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente;"*(grifo nosso)

5.5. Considerando a necessidade da Administração, a análise do mercado aponta como melhor solução a contratação de empresa prestadora de serviço terceirizado dado que a as atividades que se pretende contratar são de caráter acessório e, por isso, preferencialmente objeto de execução indireta.

5.6. O perfil da demanda da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado de Santa Catarina (SR/PF/SC) e suas Unidades Descentralizadas, para os serviços terceirizados aqui tratados, apesar de contratados por produtividade (valor por m²), é necessário que seja prestado com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, pois não seria razoável que o serviço fosse prestado sob a sistemática de acionamentos em datas determinadas uma vez que há contínua necessidade dos serviços a serem contratados.

5.7. A contratação de empresa terceirizada especializada na prestação dos serviços em voga justifica-se como a solução mais eficiente e eficaz para as necessidades da Administração.

5.8. Diante o exposto, informa-se que o levantamento de mercado foi todo realizado por esta Administração, podemos citar como exemplo, as contratações abaixo já realizadas por outros Órgãos Públicos:

5.8.1. Pregão Eletrônico nº 90012/2024 - UASG 200360;

5.8.2. Pregão Eletrônico nº 90007/2024 - UASG 200370;

5.8.3. Pregão Eletrônico nº 12/2018 - UASG 200370;

5.8.4. Pregão Eletrônico nº 27/2023 - UASG 200356.

5.9. Podemos observar que através das licitações retro, diversas empresas apresentaram propostas para participar dos certames.

## 6. Descrição da solução como um todo

6.1. A solução apontada pelo presente estudo abrange a prestação dos serviços contínuos de Limpeza, Asseio, Conservação Predial, Copeiragem e Jardinagem, com fornecimento de todos os equipamentos, utensílios, materiais de limpeza e higiene e insumos da copa, Lavagem das Fachadas, Dedetização e Limpeza dos Reservatórios de Água Potável, para atender as necessidades da Superintendência Regional de Polícia Federal em Santa Catarina e suas Unidades Descentralizadas, observadas as condições estabelecidas, especialmente as descrições dos cargos, as atribuições e os requisitos grau de instrução, exigências legais, experiências, conhecimentos, habilidades e atitudes descritos no Termo de Referência.

6.2. Os serviços referenciados no subitem 6.1. deste Estudo Técnico Preliminar serão executados na Superintendência Regional de Polícia Federal em Santa Catarina e suas Unidades Descentralizadas, nos endereços abaixo relacionados, de acordo com as necessidades desta Administração e rotinas fixadas no Termo de Referência e Planilha de Custos e formação de Preços:

6.2.1. Edifício Sede da Superintendência Regional da Polícia Federal em Santa Catarina - SR/PF/SC: Rua Paschoal Apóstolo Pítsica, 4744 - Agrônômica, 401A, CEP: 88025-255, Florianópolis/SC.

6.2.2. Núcleo Especial de Polícia Marítima - NEPOM/SC: Rua Quatorze de Julho, 319 - Bairro Estreito - Florianópolis /SC - Cep 88.075-010.

6.2.3. Delegacia de Polícia Federal em Itajaí - DPF/IJI/SC: Rua Lauro Müller, 73 – Centro – Itajaí/SC - Cep 88.301-400.

6.2.4. Delegacia de Polícia Federal em Joinville - DPF/JVE/SC: Rua José Elias Giuliani, 72 - Boa Vista - Cep 89.205-310.

6.2.5. Delegacia de Polícia Federal em Criciúma - DPF/CCM/SC: Avenida Centenário, nº 4353 - Bairro Pio Corrêa - Cep 88.811-501.

6.2.6. Delegacia de Polícia Federal em Lages - DPF/LGE/SC: Rua Artur Bernardes, 427 - Bairro Conta Dinheiro - Lages /SC - Cep 88.508-614.

6.2.7. Delegacia de Polícia Federal em Chapecó - DPF/XAP/SC: Rua Sete de Setembro, 292-D, Presidente Médici, Chapecó/SC, Cep 89.801-145.

6.2.8. Delegacia de Polícia Federal em Dionísio Cerqueira - DPF/DCQ/SC: Rua Felipe Schmidt, 740 - Centro - CEP 89.950-000.

6.2.9. Unidade em Imbituba/SC: Endereço restrito. A ser informado posteriormente pela contratante.

6.2.10. Unidade em Itapema/SC: Endereço restrito. A ser informado posteriormente pela contratante.

6.2.11. Unidade em Porto Belo/SC: Endereço restrito. A ser informado posteriormente pela contratante.

6.3. A qualquer tempo, ao longo da vigência contratual, o órgão contratante poderá aditivar o contrato com:

6.3.1. Alteração de endereços de instalações de Unidades da Polícia Federal contempladas neste Termo de Referência, no Contrato e possíveis Termos Aditivos.

6.3.2. Transferir os endereços de instalações de Unidades da Polícia Federal contempladas neste Termo de Referência, no Contrato e possíveis Termos Aditivos.

6.3.3. Acrescentar novas Unidades da Polícia Federal (e novas instalações) em qualquer local no Estado de Santa Catarina.

6.3.4. Supressão de Unidades da Polícia Federal (e de suas instalações) já contempladas neste Termo de Referência, no Contrato e possíveis Termos Aditivos.

6.3.5. Sendo que a Contratante deverá comunicar a Contratada com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência sobre as possíveis alterações acima relacionadas.

6.4. Os serviços serão prestados no seguinte horário: Os serviços serão executados na Superintendência Regional de Polícia Federal em Santa Catarina e suas Unidades Descentralizadas, nos endereços acima relacionados, com uma jornada de trabalho de 44 (quarenta e quatro) horas semanais para todas as funções, exceto para o jardineiro, que será de 40 (quarenta) horas semanais sem prejuízo da remuneração do trabalhador, conforme Instrução Normativa SEGES/MGI nº 190, de 5 de dezembro de 2024, entre as 07h00 e 21h00 horas, de acordo com as necessidades desta Administração e rotinas fixadas no Termo de Referência.

6.5. De modo a proporcionar a racionalização e a maior efetividade dos processos de gestão e fiscalização contratual, a contratada deverá disponibilizar solução tecnológica que possibilite acesso por meio de aplicação web e aplicativo mobile, contemplando dados e informações operacionais e do cumprimento das obrigações previdenciárias, sociais e trabalhistas, inclusive FGTS, referentes aos empregados, conforme especificações estabelecidas no Termo de Referência.

6.6. Os colaboradores receberão orientações para desenvolvimento das atividades através dos servidores do contratante.

6.7. O contratante, a contratada e os empregados deverão observar as respectivas obrigações e responsabilidades estabelecidas no Termo de Referência, especialmente as referentes à gestão e fiscalização contratual, ao cumprimento das obrigações fiscais, previdenciárias, sociais e trabalhistas, inclusive FGTS, e à jornada e horário de trabalho.

6.8. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO, regido pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013; pela Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006; pelo Decreto n.º 8.538, de 6 de outubro de 2015; pela Instrução Normativa SLTI/MP n.º 05, de 26 de maio de 2017.

6.9. Diante o exposto, informa-se que a solução adotada por esta Administração, tem como exemplo as licitações abaixo:

6.10. Pregão Eletrônico nº 90012/2024 - UASG 200360;

6.11. Pregão Eletrônico nº 90007/2024 - UASG 200370;

6.12. Pregão Eletrônico nº 12/2018 - UASG 200370;

6.13. Pregão Eletrônico nº 27/2023 - UASG 200356.

6.10. Podemos observar que através das licitações retro, esta foi a solução utilizada por outros Órgãos Públicos em suas contratações.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. Os quantitativos previstos tem o objetivo prestar os serviços de Limpeza, Asseio, Conservação Predial, Copeiragem e Jardinagem, com fornecimento de todos os equipamentos, utensílios, materiais de limpeza e higiene e insumos da copa, Lavagem das Fachadas, Dedetização e Limpeza dos Reservatórios de Água Potável, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra e por demanda, nas dependências do Edifício Sede da Superintendência Regional de Polícia Federal em Santa Catarina e suas Unidades Descentralizadas.

DESCRIÇÃO	LOCAL DE EXECUÇÃO	Tipo de área / Posto	UNIDADE	QUANTIDADE
	Florianópolis /SC - SR/PF/SC	Área de piso interna	M²	7.387,00
		Área externa	M²	5.720,00
		Esquadrias Externas - face interna e externa	M²	1.634,00
		Encarregado	M²	1
		Copeira	Posto	1
		Jardineiro	Posto	1
	Florianópolis /SC - NEPOM	Área de piso interna	M²	160,00
		Área externa	M²	6686,00
		Esquadrias Externas - face interna e externa	M²	40,00
		Jardineiro	Posto	1
		Área de piso interna	M²	2815,00

Serviço de terceirização com dedicação exclusiva de mão de obra com Serviços de Limpeza, Asseio, Conservação Predial, Copeiragem e Jardinagem.	Itajaí/SC - DPF /IJ/SC	Área externa	M²	1320,00
		Esquadrias Externas - face interna e externa	M²	303,00
	Joinville/SC - DPF/JVE/SC	Área de piso interna	M²	967,00
		Área externa	M²	8221,00
		Esquadrias Externas - face interna e externa	M²	372,00
		Jardineiro	Posto	1
	Criciúma/SC - DPF/CCM/SC	Área de piso interna	M²	999
		Área externa	M²	822
		Esquadrias Externas - face interna e externa	M²	266
	Lages/SC - DPF /LGE/SC	Área de piso interna	M²	658
		Área externa	M²	855
		Esquadrias Externas - face interna e externa	M²	104
	Chapecó/SC - DPF/XAP/SC	Área de piso interna	M²	959
		Área externa	M²	540
		Esquadrias Externas - face interna e externa	M²	396
	Dionísio Cerqueira/SC - DPF/DCQ/SC	Área de piso interna	M²	752
		Área externa	M²	2430
		Esquadrias Externas - face interna e externa	M²	960
	FICCO/SC	Área de piso interna	M²	357
		Área externa	M²	1020
		Esquadrias Externas - face interna e externa	M²	260
	LAFIN/SC	Área de piso interna	M²	175
		Área externa	M²	0
		Esquadrias Externas - face interna e externa	M²	120
	GISE/SC	Área de piso interna	M²	303
		Área externa	M²	2022
		Esquadrias Externas - face interna e externa	M²	171
Materiais de Consumo e Higiêne (por Demanda)	SR/PF/SC e Unidades Descentralizadas	Conforme aba "Material de Consumo" desta planilha	Mês	24
		Conforme aba "Material de Consumo Higiêne" desta planilha	Mês	24
		Conforme aba "Insumos Copa"	Mês	24

		desta planilha		
Serviços de Limpeza, Asseio, Conservação Predial de <b>Lavagem das Fachadas Envidraçadas, Pastilhas / Alvenaria e Esquadrias (face externa)</b> , para atender as necessidades da Superintendência Regional de Polícia Federal em Santa Catarina e suas Unidades Descentralizadas, <b>por Demanda</b> .	SR/PF/SC e Unidades Descentralizadas	Conforme aba "LAVAGEM FACHADA" desta planilha	M <sup>2</sup>	24.050,00
Serviços de Limpeza, Asseio, Conservação Predial de <b>Dedetização, Desinsetização, Desratização, Descupinização</b> para atender as necessidades da Superintendência Regional de Polícia Federal em Santa Catarina e suas Unidades Descentralizadas, <b>por Demanda</b> .	SR/PF/SC e Unidades Descentralizadas	Conforme aba "DEDETIZAÇÃO" desta planilha	M <sup>2</sup>	180.672,00
Serviços de Limpeza, Asseio, Conservação Predial de <b>Limpeza e Desinfecção dos Reservatórios de Água Potável</b> para atender as necessidades da Superintendência Regional de Polícia Federal em Santa Catarina e suas Unidades Descentralizadas, <b>por Demanda</b> .	SR/PF/SC e Unidades Descentralizadas	Conforme aba "LIMPEZA RESERVATÓRIO ÁGUA" desta planilha	M <sup>3</sup>	522

7.2. A estimativa de empregados deverá ser distribuída de acordo com a necessidade apresentada à CONTRATADA pela CONTRATANTE, por meio de Ordem de Serviço, cuja distribuição de número de postos por local são os seguintes:

7.3. Nos termos do § 2º do Art. 7º da IN 05/2017-SEGES as funções a serem contratadas para a execução dos serviços quantificados na tabela do Item 7.1 deste Estudo Técnico Preliminar, observarão a nomenclatura estabelecida na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), do Ministério do Trabalho, a saber:

Município da Prestação de Serviços	Postos	Jornada de trabalho	CBO	Previsão de pagamento de PERICULOSIDADE	Previsão de pagamento de INSALUBRIDADE	Observação
Florianópolis/SC - SR/PF/SC	ENCARREGADO (nível 2)	44h Semanais	4101-05	30%		Periculosidade  Conforme Laudo Técnico
Florianópolis/SC - SR/PF/SC	AUXILIAR DE LIMPEZA / SERVENTE	44h Semanais	5143-20	30%		
Florianópolis/SC - SR/PF/SC	LIMPADOR DE VIDROS / SERVENTE	44h Semanais	5143-05	30%		
Florianópolis/SC - SR/PF/SC	COPEIRA	44h Semanais	5134-25	30%		
Florianópolis/SC - SR/PF/SC	JARDINEIRO	40h Semanais	6220-10	30%		
Florianópolis/SC - NEPOM	AUXILIAR DE LIMPEZA / SERVENTE	44h Semanais	5143-20	30%		Periculosidade  Conforme Laudo Técnico
Florianópolis/SC - NEPOM	LIMPADOR DE VIDROS / SERVENTE	44h Semanais	5143-05	30%		
Florianópolis/SC - NEPOM	JARDINEIRO	40h Semanais	6220-10	30%		
Itajaí/SC - DPF/IJI	AUXILIAR DE LIMPEZA /	44h	5143-	30%		Periculosidade

/SC	SERVENTE	Semanais	20			
Itajaí/SC - DPF/IJI/SC	LIMPADOR DE VIDROS / SERVENTE	44h Semanais	5143-05	30%		Conforme Laudo Técnico
Joinville/SC - DPF/JVE/SC	AUXILIAR DE LIMPEZA / SERVENTE	44h Semanais	5143-20	30%		Periculosidade
Joinville/SC - DPF/JVE/SC	LIMPADOR DE VIDROS / SERVENTE	44h Semanais	5143-05	30%		Conforme Laudo Técnico
Joinville/SC - DPF/JVE/SC	JARDINEIRO	40h Semanais	6220-10	30%		
Criciúma/SC - DPF/CCM/SC	AUXILIAR DE LIMPEZA / SERVENTE	44h Semanais	5143-20	30%		Periculosidade
Criciúma/SC - DPF/CCM/SC	LIMPADOR DE VIDROS / SERVENTE	44h Semanais	5143-05	30%		Conforme Laudo Técnico
Lages/SC - DPF/LGE/SC	AUXILIAR DE LIMPEZA / SERVENTE	44h Semanais	5143-20	30%		Periculosidade
Lages/SC - DPF/LGE/SC	LIMPADOR DE VIDROS / SERVENTE	44h Semanais	5143-05	30%		Conforme Laudo Técnico
Chapecó/SC - DPF/XAP/SC	AUXILIAR DE LIMPEZA / SERVENTE	44h Semanais	5143-20	30%		Periculosidade
Chapecó/SC - DPF/XAP/SC	LIMPADOR DE VIDROS / SERVENTE	44h Semanais	5143-05	30%		Conforme Laudo Técnico
Dionísio Cerqueira/SC - DPF/DCQ/SC	AUXILIAR DE LIMPEZA / SERVENTE	44h Semanais	5143-20	30%		Periculosidade
Dionísio Cerqueira/SC - DPF/DCQ/SC	LIMPADOR DE VIDROS / SERVENTE	44h Semanais	5143-05	30%		Conforme Laudo Técnico
Imbituba/SC - FICCO/SC	AUXILIAR DE LIMPEZA / SERVENTE	44h Semanais	5143-20	30%		Periculosidade
Imbituba/SC - FICCO/SC	LIMPADOR DE VIDROS / SERVENTE	44h Semanais	5143-05	30%		Conforme Laudo Técnico
Itapema/SC - LAFIN/SC	AUXILIAR DE LIMPEZA / SERVENTE	44h Semanais	5143-20		20%	Insalubridade e
Itapema/SC - LAFIN/SC	LIMPADOR DE VIDROS / SERVENTE	44h Semanais	5143-05	30%		Periculosidade
						Conforme CCT
	AUXILIAR DE					

Porto Belo/SC - GISE/SC	LIMPEZA / SERVENTE	44h Semanais	5143-20	30%		Periculosidade
Porto Belo/SC - GISE/SC	LIMPADOR DE VIDROS / SERVENTE	44h Semanais	5143-05	30%		Conforme Laudo Técnico

7.4. O histórico que justifica as quantidades solicitadas para prestação de serviços contínuos de Limpeza, Asseio, Conservação Predial, Copeiragem e Jardinagem, com fornecimento de todos os equipamentos, utensílios, materiais de limpeza e higiene e insumos da copa, Lavagem das Fachadas, Dedetização e Limpeza dos Reservatórios de Água Potável, para atender as necessidades da Superintendência Regional de Polícia Federal em Santa Catarina e suas Unidades Descentralizadas, estão contidas nas contratações anteriores e a contratação ainda vigente licitada através do Pregão Eletrônico nº 90007/2024 desta UASG 200370 e aditivado conforme processo SEI nº 08490.005394/2023-24.

7.5. Foram consultados os Setores Técnicos para análise e confirmação das quantidades informadas neste Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência, conforme Despacho 42084850 do GTED/SR/PF/SC, presente no processo SEI nº 08490.002632/2025-10.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 9.578.436,42

Valor (R\$): R\$ 9.578.436,42 (nove milhões, quinhentos e setenta e oito mil quatrocentos e trinta e seis reais e quarenta e dois centavos).

A vigência inicial do Contrato será de 24 (vinte e quatro) meses, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

Segue abaixo detalhamento do valor estimado:

QUADRO DETALHADO DO VALOR ESTIMADO							
GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	LOCAL DE EXECUÇÃO	Tipo de área / Posto	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO
			Florianópolis /SC - SR/PF/SC	Área de piso interna	M²	7.387,00	R\$ 8,2026
				Área externa	M²	5.720,00	R\$ 5,7040
				Esquadrias Externas - face interna e externa	M²	1.634,00	R\$ 4,0751
				Encarregado	M²	1	R\$ 10.016,4300
				Copeira	Posto	1	R\$ 6.723,7600
				Jardineiro	Posto	1	R\$ 7.768,4200

1

Serviço de terceirização com dedicação exclusiva de mão de obra com Serviços de Limpeza, Asseio, Conservação Predial, Copeiragem e Jardinagem.

Florianópolis /SC - NEPOM	Área de piso interna	M²	160,00	R\$ 7,4908
	Área externa	M²	6686,00	R\$ 0,8047
	Esquadrias Externas - face interna e externa	M²	40,00	R\$ 1,9975
	Jardineiro	Posto	1	R\$ 7.768,4200
Itajaí/SC - DPF /IJI/SC	Área de piso interna	M²	2815,00	R\$ 7,9516
	Área externa	M²	1320,00	R\$ 9,0086
	Esquadrias Externas - face interna e externa	M²	303,00	R\$ 2,3086
Joinville/SC - DPF/JVE/SC	Área de piso interna	M²	967,00	R\$ 7,8613
	Área externa	M²	8221,00	R\$ 2,2112
	Esquadrias Externas - face interna e externa	M²	372,00	R\$ 1,7770
	Jardineiro	Posto	1	R\$ 7.726,5300
Criciúma/SC - DPF/CCM/SC	Área de piso interna	M²	999	R\$ 7,7688
	Área externa	M²	822	R\$ 6,1576
	Esquadrias Externas - face interna e externa	M²	266	R\$ 2,5372
Lages/SC - DPF /LGE/SC	Área de piso interna	M²	658	R\$ 8,5576
	Área externa	M²	855	R\$ 8,3461
	Esquadrias Externas - face interna e externa	M²	104	R\$ 1,9961
Chapecó/SC -	Área de piso interna	M²	959	R\$ 6,7740
	Área externa	M²	540	R\$ 8,4211



1			DPF/XAP/SC	Esquadrias Externas - face interna e externa	M²	396	R\$ 4,9214
			Dionísio Cerqueira/SC - DPF/DCQ/SC	Área de piso interna	M²	752	R\$ 7,6723
				Área externa	M²	2430	R\$ 2,1501
				Esquadrias Externas - face interna e externa	M²	960	R\$ 1,9032
			FICCO/SC	Área de piso interna	M²	357	R\$ 5,9788
				Área externa	M²	1020	R\$ 3,9236
				Esquadrias Externas - face interna e externa	M²	260	R\$ 2,0524
			LAFIN/SC	Área de piso interna	M²	175	R\$ 36,1958
				Área externa	M²	0	R\$ 0,0000
				Esquadrias Externas - face interna e externa	M²	120	R\$ 2,1443
			GISE/SC	Área de piso interna	M²	303	R\$ 6,6256
				Área externa	M²	2022	R\$ 2,0916
				Esquadrias Externas - face interna e externa	M²	171	R\$ 2,6610
	2	Materiais de Consumo, Higiêne e Insumos Copa, por Demanda.	SR/PF/SC e Unidades Descentralizadas	Conforme aba "Material de Consumo" desta planilha	Mês	24	R\$ 34.767,2921
				Conforme aba "Material de Consumo Higiêne" desta planilha	Mês	24	R\$ 22.107,6800
				Conforme aba "Insumos Copa" desta planilha	Mês	24	R\$ 31.953,7758
		Serviços de Lavagem das Fachadas					

3	Envidraçadas, Pastilhas / Alvenaria e Esquadrias (face externa) para atender as necessidades da Superintendência Regional de Polícia Federal em Santa Catarina e suas Unidades Descentralizadas, por Demanda.	SR/PF/SC e Unidades Descentralizadas	Conforme aba "Lavagem Fachada" desta planilha	Mês	24	R\$ 15.231,67
	Serviços de Dedetização, Desinsetização, Desratização, Descupinização para atender as necessidades da Superintendência Regional de Polícia Federal em Santa Catarina e suas Unidades Descentralizadas, por Demanda.	SR/PF/SC e Unidades Descentralizadas	Conforme aba "Dedetização" desta planilha	Mês	24	R\$ 10.539,20
	Serviços de Limpeza e Desinfecção dos Reservatórios de Água Potável para atender as necessidades da Superintendência Regional de Polícia Federal em Santa Catarina e suas Unidades Descentralizadas, por Demanda.	SR/PF/SC e Unidades Descentralizadas	Conforme aba "Limpeza Reservatório Água" desta planilha	Mês	24	R\$ 4.306,50
VALOR TOTAL						

QUADRO RESUMO DO VALOR ESTIMADO							
GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL (12 MESES)	VALOR TOTAL (24 MESES)
	1	Contratação de empresa especializada na prestação dos serviços contínuos de limpeza, asseio, conservação predial, copeiragem e jardinagem, com dedicação exclusiva	Mês	24	R\$	R\$	R\$

1		de mão de obra para atender as necessidades da Superintendência Regional de Polícia Federal em Santa Catarina e suas Unidades descentralizadas.			280.195,40	3.362.344,80	6.724.689,60
	2	Fornecimento de materiais de consumo de limpeza, higiene e insumos da copa por demanda (este item é composto pela soma das abas "Materiais de Consumo de LIMPEZA" e "Materiais de Consumo de HIGIENE" e "Insumos Copa" da Planilha de Custos), para atender as necessidades da Superintendência Regional de Polícia Federal em Santa Catarina e suas Unidades descentralizadas.  SERÁ PAGO SOMENTE QUANDO DEMANDADO	Mês	24	R\$ 88.828,7479	R\$ 1.065.944,97	R\$ 2.131.889,94
	3	Serviços por demanda: Limpeza dos Reservatórios de Água Potável, Dedetização das áreas das Unidades da PF e Lavagem das Fachadas Envidraçadas, Pastilhas / Alvenaria e Esquadrias (face externa), para atender as necessidades da Superintendência Regional de Polícia Federal em Santa Catarina e suas Unidades descentralizadas.  SERÁ PAGO SOMENTE QUANDO DEMANDADO	Mês	24	R\$ 30.077,37	R\$ 360.928,44	R\$ 721.856,88
	VALOR TOTAL				R\$ 399.101,52	R\$ 4.789.218,21	R\$ 9.578.436,42

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Tendo em vista que trata-se de um tipo de serviço que pode ser integralmente prestado pela mesma empresa contratada, pois todos os postos estão alocados no Estado de Santa Catarina.

9.2. A contratação será feita em um único grupo, pois gerará razoável ganho para a Administração na economia de escala, uma vez que implicará num aumento de quantitativos e consequentemente numa redução do preço final contratado, sendo economicamente vantajoso para a Administração. Conforme bem define o Manual de Licitações e Contratos do TCU: “Sabe-se que economia de escala atrela preço à quantidade demandada. Por isso, quanto maior o quantitativo licitado menor poderá ser o custo do produto, que tem por limite o chamado custo zero.[...]”

9.3. Pode-se citar também o grupo de estudos formado por servidores do Tribunal de Contas da União, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP, da Advocacia-Geral da União-AGU, do Ministério da Previdência Social, do Ministério da Fazenda, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e do Ministério Público Federal, com o objetivo de apresentar proposições de melhorias nos procedimentos relativos à contratação e à execução de contratos de terceirização de serviços continuados na Administração Pública Federal, orienta, no relatório constante no documento TC 006.156/2011-8 do Tribunal de Contas da União - TCU:

*"Portanto, sob o ponto de vista técnico e econômico, serviços não especializados, como movimentação de móveis, almoxarifado, arquivo, protocolo, garçom, mensageiro, motorista, recepcionista, limpeza, arquivo, não devem ser divididos." (item 173, página 25 do Relatório).*

*"Dessa forma, a proposta do Grupo de Estudo para a realização do parcelamento do objeto em serviços de natureza continuada, dependerá da complexidade técnica envolvida. Assim, opta-se pelo não parcelamento quando se referir a objeto sem nenhuma complexidade técnica, a exemplo de limpeza, condução de veículos, recepção, e pelo parcelamento quando se tratar de serviços técnicos em que as empresas atuam de forma segmentada por especialização, a exemplo de manutenção predial, ar condicionado, telefonia, serviços de engenharia em geral, áudio e vídeo, informática. Trata-se, contudo, de procedimentos que devem ser avaliados em cada caso concreto." (item 175, página 25 do Relatório)."*

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Os serviços que se visa a contratar são autônomos e prescindem de contratações correlatas ou interdependentes

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A presente contratação está em sintonia com as diretrizes traçadas no Plano Estratégico da Polícia Federal 2024 - 2027 (63731078), contribuindo para que se atinjam os seus Objetivos Institucionais e Ações Estratégicas.

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. A contratação do serviço é imprescindível, uma vez que irá propiciar o auxílio necessário à Polícia Federal quanto as suas necessidades de auxílio de cunho instrumentais e acessórios aos servidores nos referidos locais citados no item 6 deste Estudo.

12.2. Não haver descontinuidade dos serviços de Limpeza, Asseio, Conservação Predial, Copeiragem e Jardinagem, com fornecimento de todos os equipamentos, utensílios, materiais de limpeza e higiene e insumos da copa, Lavagem das Fachadas, Dedetização e Limpeza dos Reservatórios de Água Potável, para atender as necessidades da Superintendência Regional de Polícia Federal em Santa Catarina e suas Unidades Descentralizadas, evitando prejuízo à Administração e evitando comprometer o bom andamento das atividades meio e fins das Unidades da Polícia Federal no Estado de Santa Catarina, que já estão em execução conforme Contrato nº 13/2024 -SR/PF/SC, com vigência até 30/09/2025.

## 13. Providências a serem Adotadas

As Unidades da Polícia Federal no Estado de Santa Catarina já possuem ambientes adequados para a prestação dos serviços, sendo desnecessárias quaisquer alterações e/ou adequações.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Como requisitos básicos para execução dos serviços, a CONTRATADA deverá adotar em seus procedimentos os seguintes critérios de SUSTENTABILIDADE, além dos previstos na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, quando couber.

14.2. Realize um programa interno de conscientização de seus empregados, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes.

14.3. Respeite as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

14.4. A empresa contratada deve adotar as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber:

14.4.1. I - usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

14.1.2. II - adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, observando legislações estadual e municipal;

14.1.3. III - observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7/12/1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

14.4.4. IV - fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

14.4.5. V - realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

14.4.6. VI - realizar a separação dos resíduos reutilizáveis e recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta e indireta, e a sua destinação prioritária às associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis, que será precedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 10.936, de 2022;

14.4.7. VII - respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;

14.4.8. VIII - prever a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução do CONAMA vigente.

14.4.9. Observar o disposto na Lei nº 12.305, de 2010 Política Nacional de Resíduos Sólidos e o Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022.

14.5. Observar as disposições, no capítulo específico deste Termo de Referência, sobre as boas práticas ambientais sustentáveis de obrigação e responsabilidade da contratada.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1. Por todo exposto no estudo preliminar e considerando que o procedimento administrativo encontra-se em consonância com os dispositivos legais e visa a continuidade da prestação de serviços no interesse público.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**MARCELO HIROSHI YAMAMOTO**

Equipe de Planejamento